

CRISE AMBIENTAL E DESIGUALDADE URBANA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE ENCHENTES EM PELOTAS/RS

KAUANY MASKE VIEIRA¹; ALINE ACCORSSI²

¹*Universidade Federal de Pelotas – kauanymaske15@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas - alineaccorssi@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Quando a água invade os lares, não se trata apenas de uma emergência climática. Trata-se da materialização de escolhas políticas, da repetição de ausências, da negação do direito à cidade. Nas regiões da Z3, Pontal da Barra e Passo dos Negros, em Pelotas/RS, as enchentes não são uma surpresa: elas têm endereço certo, dia e hora marcados no calendário da desigualdade.

Esta pesquisa, elaborada no âmbito do PET GAPE (grupo de ação e pesquisa em educação popular) toma como partida a vivência dessas comunidades e da escuta atenta aos seus modos de habitar territórios historicamente negligenciados. Inspirada pela perspectiva da antropologia urbana e da justiça ambiental, busca compreender os impactos socioambientais das enchentes como expressão de um modelo de cidade que prioriza uns e descarta outros. A proposta é investigar como os riscos ambientais são produzidos socialmente, como se distribuem desigualmente entre os grupos sociais e como as populações atingidas respondem, resistem e reinventam suas formas de vida em meio ao descaso.

Em vez de tratar os eventos climáticos como meras fatalidades da natureza, adota-se aqui a perspectiva de autores como BECK (2010), que vê na sociedade de risco uma marca da modernidade, e ACSELRAD (2004), que evidencia como o risco se articula com desigualdades históricas, territoriais e institucionais.

Assim, este texto apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, propondo uma análise crítica sobre os processos de urbanização desigual e a gestão do risco. A escolha por iniciar o projeto apenas com o embasamento teórico, sem ir de imediato ao campo, permite aprofundar a análise e consolidar uma base sólida para a etapa seguinte, onde a palavra das comunidades será protagonista.

2. METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa ancora-se na análise bibliográfica, entendida não apenas como levantamento de dados, mas como gesto de interpretação crítica. O diálogo com autores como BECK (2010), ACSELRAD (2004) E CALDEIRA (2000), aliado a estudos locais sobre os bairros da Z3, Pontal da Barra e Passo dos Negros, possibilita compreender as enchentes em Pelotas não

como fatalidades da natureza, mas como expressões de processos históricos de desigualdade urbana e desassistência institucional.

Trata-se, portanto, de um exercício de **antropologia histórica**, em que a escrita ensaística se faz também compromisso político: transformar memória em reflexão, e reflexão em resistência. Nesse sentido, a pesquisa não busca neutralidade, mas se afirma como prática de engajamento crítico, inspirada no que HOOKS (2017) chama de *pedagogia engajada*, onde pesquisar e escrever são formas de resistência e de afirmação da vida.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados alcançados até aqui dizem respeito ao campo teórico. Foi possível evidenciar, com base em Beck (2010) e Acselrad (2004), que as enchentes em Pelotas se inscrevem em uma lógica mais ampla da sociedade de risco e da injustiça ambiental, que recai desproporcionalmente sobre territórios já precarizados.

Os estudos de Caldeira (2000) e de Meotti & Chiarelli (2021) reforçam que esses espaços não podem ser compreendidos apenas pela falta, mas também pelo pertencimento, pela memória e pelas formas de resistência que as comunidades constroem diante da ausência do Estado.

Assim, mesmo em fase exclusivamente teórica, a pesquisa já aponta para uma chave interpretativa: as enchentes não são “naturais”, mas **socialmente produzidas e politicamente distribuídas**. Isso revela a urgência de políticas estruturais que não se limitem às respostas emergenciais, mas enfrentem as raízes da desigualdade urbana.

Como observa bell hooks (2017), ensinar, escrever e pesquisar podem ser atos de resistência quando comprometidos com a transformação social. É nessa perspectiva que esta investigação se posiciona: como gesto de memória crítica que impede o esquecimento e mantém viva a necessidade de mudanças.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, até o presente momento, que a análise teórica já permite compreender as enchentes em Pelotas como fenômenos sociais e políticos profundamente enraizados, e não meramente climáticos. Essa perspectiva crítica revela como os riscos ambientais se entrelaçam com processos históricos de desigualdade urbana, atingindo de maneira sistemática e recorrente comunidades como a Z3, o Pontal da Barra e o Passo dos Negros, territórios onde a presença do Estado se alterna entre o abandono crônico e as ações emergenciais pontuais.

Ao lado disso, esta investigação assume como objetivo central manter viva a discussão pública sobre a crise ambiental, que frequentemente só ganha visibilidade nos momentos agudos de desastre, para depois se esvair no silêncio das rotinas institucionais. A pesquisa se propõe, portanto, como exercício de memória ativa e vigilância cidadã, pressionando não apenas por respostas imediatas, mas por responsabilidade estatal duradoura, políticas preventivas

efetivas e transformação estrutural verdadeira. Tratar desse tema no cotidiano, para além dos momentos de urgência, configura-se como gesto político de

cuidado e insistência, uma forma de resistência contra a naturalização das injustiças socioambientais.

O caráter teórico desta etapa inicial longe de representar uma limitação, revela-se fundamental: ao desnaturalizar os discursos sobre as enchentes e desvelar suas raízes políticas, oferece as bases conceituais sólidas para o trabalho de campo que se seguirá. Mais do que descrever um problema, este estudo se constitui como ato de escrita combativa - ferramenta acadêmica que, inspirada pelo pensamento de bell hooks, recusa a separação entre rigor teórico e compromisso ético. Assim, enquanto prepara o diálogo futuro com as comunidades atingidas, já cumpre seu papel de manter acesa a chama do debate público, impedindo que as águas das enchentes e das omissões, lavem a memória coletiva e apaguem as marcas da injustiça territorial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- MEOTTI, Karina; CHIARELLI, Luiza. **Desastres ambientais e desigualdade urbana: reflexões a partir de Pelotas/RS**. *Revista Perspectivas*, v. 49, n. 3, p. 1-15, 2021.